

ANÁLISE DO NEOLIBERALISMO SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA POLÍTICA DE GRAMSCI¹

Vinícius de Moura Ribeiro², UniFOA

Resumo: Atualmente, diversos estudos nas ciências econômicas e sociais se reportam ao neoliberalismo como um fenômeno contemporâneo. A leitura marxista aponta que a refuncionalização do Estado, a reestruturação produtiva e a mundialização do capital revelam a eficácia do projeto contra-revolucionário burguês de maximização do poder do capital. É preciso desvelar essa reação do capital e identificar os fundamentos político-ideológicos dos tensionamentos de classes neste quadro ofensivo, pensando os mecanismos de difusão de ideologias e a hegemonia neoliberal no Estado burguês. Para tanto, as categorias políticas de Antônio Gramsci subsidiarão a análise da configuração e distribuição do poder hegemônico no neoliberalismo.

Palavras-chave: neoliberalismo; mundialização do capital; Antônio Gramsci; hegemonia mundial;

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende apontar elementos para discussão do neoliberalismo, pensado fundamentalmente sob as dimensões política, econômica e ideológica.

A atualidade do pensamento político de Gramsci torna-se patente. Suas formulações sobre a constituição do moderno Estado burguês e as propriedades do capitalismo em nações centrais e periféricas tornam-se importantes para o estudo das transformações mundiais. Embora Gramsci seja considerado um “crítico da teoria política”, a objetividade será para ele a base real das relações sociais, de modo que nela reside a fundação da subjetividade. Por isso, pensar as relações produtivas, mudanças econômicas e padrões de acumulação requer a articulação da economia com a política como base essencial para a compreensão do mundo.

Em princípio, o projeto neoliberal, suas implicações e as decorrentes transformações político-econômicas serão privilegiadas. Posteriormente, discutiremos leituras contemporâneas sobre as alterações mundiais de dominação e estruturação do poder, os escritos selecionados terão a teoria política de Gramsci como referência maior para análise.

1. NEOLIBERALISMO

¹Título da monografia apresentada ao Curso de Serviço Social do UniFOA como requisito à obtenção do título de bacharel em Serviço Social. Orientador: Prof. Ms. Rodrigo Castelo Branco Santos.

²Bacharel em Serviço Social pelo Centro Universitário de Volta Redonda (UniFOA). Email: ribeiro.vinicius@gmail.com

Conforme preconizado por Perry Anderson (1995), como base de fundamentação literária e teórica, o neoliberalismo nasce sob a obra basilar de Friedrich Hayek, “O caminho da servidão” (1944), onde somam-se ajustes e recomendações de cunho anti-intervencionista, caracterizando um ataque categórico a qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado.

Nos finais da década de 40, há a formação da “Sociedade de Mont Pèlerin”, uma espécie de comitê altamente dedicado e disciplinado que combatia o keynesianismo, e preparava as bases de um outro tipo de capitalismo, sem fronteiras e livre de regras. Entretanto, o capitalismo neste momento atravessava um período de auge/ascensão, a denominada “Idade de Ouro”, que invalidava os argumentos dos mais célebres críticos do *Welfare*, e não fornecia aparatos ou solo fértil para implantação do ideário neoliberal. O que Hayek e companhia defendiam era que o Estado de Bem Estar “destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência” (ANDERSON, 1995, p. 10), e, além disso, a desigualdade deveria existir, ela tinha uma carga positiva e necessária para a manutenção da concorrência capitalista e a livre iniciativa econômica.

Portanto, as teses de Hayek ganham terreno com a crise do capitalismo em meados de 70, quando a justificativa da crise estava firmada no poder excessivo dos sindicatos e em geral, do movimento operário que pressionava o Estado para que interviesse nas refrações da “Questão Social”. O colapso econômico mundial destruiu os níveis necessários de lucro para empresas, culminando numa crise globalizada das economias de mercado, o remédio então, seriam ajustes neoliberais, sob a assertiva: “Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital” (BRAZ e NETTO, 2007, p. 227), logo, medidas deveriam ser tomadas, a principal delas: “restauração da taxa ‘natural’ de desemprego” (ANDERSON, *op. cit.*, p. 10).

De fato, um conjunto de alterações ideológicas, políticas, econômicas e sociais – pós crise de 73 – se processava no interior da dinâmica produtiva capitalista, culminando na abertura do terreno para a acumulação mundial desenfreada de capital, exacerbando níveis de concentração de renda e poder econômico.

Harvey (2005) indica que os novos terrenos da acumulação de capital – sobretudo no pós-1973 – remontam e aprimoram a chamada “acumulação primitiva” postulada por Marx. Estaríamos diante de um “novo” mecanismo de expropriação: a “acumulação por espoliação”. No processo de geração de valor do capital, entram em cena elementos que desempenham importantes papéis no cenário da acumulação, para

tanto, “o sistema de créditos e o capital financeiro se tornaram [...] trampolins de predação, fraude e roubo” (HARVEY, 2005, p. 122).

Com efeito, a maior expressão dos mecanismos da acumulação por espoliação é a privatização. A “expropriação das terras comuns” (HARVEY, 2005) passa a incorporar as medidas de investimento, alocação de recursos e liberalização da economia. Os serviços de utilidade pública, de satisfação de necessidades primárias (água, luz e congêneres) se tornam ativos de propriedade de empresas privadas, de igual modo, as instituições públicas são desapossadas da esfera pública e vendidas à iniciativa privada.

Este novo funcionamento do capitalismo contemporâneo demarca o prolongamento da “evolução do imperialismo”. Como Chesnais (1997b) acentua, há o surgimento de um “regime de acumulação mundial predominantemente financeiro”, e este padrão designa um processo que decorre das políticas de liberalização e de desregulamentação das trocas, do trabalho e das finanças adotadas pelos governos dos países centrais, liderados pelos Estados Unidos e Grã-Bretanha. Segundo o autor, o regime fordista de produção é sucedido e contraposto por um regime predominantemente financeiro logo após a crise do petróleo, inaugurando o que denomina de “regime de acumulação financeira” com um caráter extremamente rentista.

No regime de acumulação financeirizado, verifica-se: (1) um crescimento espantoso das finanças, que designa um aumento do poder econômico e político da burguesia rentista; (2) novo regime de salário, definido pela relação de exploração; (3) desemprego estrutural combinado à precarização das relações de trabalho; e, (4) uma assimetria das desigualdades “centro-periferia”.

De acordo com os estudos de Chesnais (1997a), o regime de acumulação financeiro baseia-se em dois pontos centrais: na transformação da relação salarial e no aumento da taxa de exploração, que sujeitam-se e são determinados pelas escolhas e operações do capital financeiro, possibilitando uma hierarquização ou um sistema de relações interestatais onde a dependência política de alguns são funcionais para o regime, pois a globalização transforma o mundo capitalista numa grande praça de negócios.

No exercício da gestão e do controle das operações financeiras mundiais, Chesnais pontua a tríade capitalista - América do Norte, Europa Ocidental e Japão - como o grupo que lidera os circuitos de valorização do capital, e sinaliza que existe um abismo entre a *tríade capitalista e associados* e os países *sem valor de uso para o*

capital, que se alarga gradativamente; além disso, na tríade e no plano mundial, os EUA destacam-se devido aos impactos do fim da guerra fria e de sua posição no plano do capital financeiro, como corrobora as análises do autor: “a força e a dimensão do setor financeiro americano estão diretamente na origem da prosperidade de que desfrutam determinados setores da economia e da sociedade americana” (CHESNAIS, 1997a, p. 26).

Em relação às práticas do Regime de Acumulação Financeirizado, Chesnais considera a construção de um oligopólio mundial por meio da concentração e centralização do capital, como a pedra angular de todo o sistema. Isto significa reconhecer a livre mobilidade e deslocamento do capital a pólos financeiros distintos, ou movimentar-se por praças financeiras distantes.

Para Chesnais, há uma fração de classe dirigente nos processos de acumulação financeira de capital, e quanto a sua composição na gestão do capital financeiro, ele enumera: (1) Grandes fundos de pensão; (2) Fundos de aplicação coletiva; (3) Grupos de seguros; e, (4) bancos multinacionais. Estes atores constituem o que diversos analistas chamam de “fração rentista da burguesia”, que na concepção de Chesnais representa uma classe de credores do Estado que são autorizados a recolher para eles certas somas do montante dos impostos, e prezam e realizam a esfera financeira na fórmula $D - D'$, ou seja, dinheiro que se valoriza através da especulação. Sendo estes protagonistas, “é impossível abstrair o setor financeiro e as pretensões dos credores da análise da acumulação” (*ibid*, p. 40).

Decerto, a supremacia ideológica e política do projeto neoliberal torna-se contestável, os saldos parciais do ataque neoliberal estimam: agudização das flutuações de moedas “segundo o capricho dos mercados” (DUMÉNIL E LÉVY, 2003); crescimento espetacular da “bolha financeira” (*idem*); a mercadificação e ampliação do alcance dos contratos legais (HARVEY, 2008); e, elevação do desemprego estrutural.

Nas análises do neoliberalismo, uma formulação firma-se como consensual entre os críticos da economia política: o projeto neoliberal significa uma estratégia classista de restauração das condições de acumulação de capital e ampliação do poder político e econômico das elites econômicas, num contexto de “Hegemonia das finanças” sob uma supervalorização do capital fictício (CHESNAIS, 1997; DUMÉNIL e LÉVY, 2003; HARVEY, 2005 e 2008). Como assinala Harvey (2008, p. 41), “a neoliberalização significou a ‘financiarização’ de tudo”.

A desregulamentação e liberalização das finanças aprofundou o domínio da burguesia rentista, uma pequena elite formada por grandes fundos de investimento, bancos multinacionais e acionistas internacionais lideram as transações e espólios internacionais. O Estado capitalista se rende à integridade do sistema financeiro mundial e à solvência das instituições financeiras em detrimento dos direitos coletivos do trabalho. E, a influência dos órgãos multilaterais sobre as políticas macroeconômicas resulta em ajustes estruturais subservientes ao capital financeiro.

2. LEITURAS GRAMSCIANAS SOBRE O NEOLIBERALISMO

3.1 COUTINHO E A CARACTERIZAÇÃO DA “ÉPOCA NEOLIBERAL”

Numa análise dos fenômenos essenciais da época neoliberal, Coutinho (2007) resgata dois conceitos elementares da teoria política gramsciana, a revolução passiva e a contra-reforma, este último, tratado marginalmente nos escritos de Gramsci.

Coutinho observa no estudo do pensamento político de Gramsci, que – diferentemente do conceito revolução passiva – Gramsci emprega muito pouco o termo “contra-reforma”, em que se pese seu significado tradicional da Reação Católica à Reforma Protestante, ele amplia o conceito a outras situações históricas. Nos termos de Gramsci (2002, p. 143), a contra-reforma “como todas as restaurações, não foi um bloco homogêneo, mas uma combinação substancial, se não formal, entre o velho e o novo”, nesse aspecto, Gramsci restringe a contra-reforma a uma simples “restauração”, que ainda assim apresenta traços de coexistência do velho e o novo.

A diferença fundamental entre revolução passiva e contra-reforma é a de que a primeira abriga “restaurações” e transformações efetivas provindas das reivindicações “de baixo”, enquanto que a última “é preponderante não o momento do novo, mas precisamente o do velho” (COUTINHO, 2007, p. 4).

Conforme problematiza Coutinho, o título “conservador” não é reconhecido sequer pelos primeiros formuladores do neoliberalismo. Atualmente, os ideólogos neoliberais situam-se entre a socialdemocracia e o liberalismo clássico, numa chamada “terceira via”, um “Estado social-liberal”. Quer dizer, a configuração atual neoliberal surge aliada a uma retórica da modernidade, tendo a reforma como principal bandeira (COUTINHO, 2007). O neoliberalismo tem se utilizado do termo “reforma” para designar as medidas e ajustes macroeconômicos sob uma roupagem “progressista”, de fato, verifica-se uma tendência à subversão do real significado do termo organicamente

vinculado às lutas dos trabalhadores para transformar a ordem societária. O que se percebe é “uma operação de mistificação ideológica que, infelizmente, tem sido em grande medida bem sucedida” (*ibid*, p. 5).

A noção de revolução passiva pode ser ligada à idéia de reforma, à medida que as classes dominantes aderem às exigências “de baixo” para manter o poder do Estado. Segundo Coutinho, no período do *welfare state* é exatamente este processo que se opera, pois o momento de restauração ocorre numa saída da crise de superacumulação de capital, através da implementação da política keynesiana e da absorção de demandas das massas. Ao passo que elementos da “restauração” se realizavam, também se manifestavam aspectos da “reforma” quando direitos sociais se tornavam legítimos e governos capitalistas adotavam estratégias próprias de economias socialistas.

Na concepção de Coutinho, a dialética “restauração/renovação” típica da revolução passiva, não se conforma à época neoliberal. O contexto ofensivo do Capital sobre o trabalho – nesse aspecto destaca-se a reestruturação produtiva que rompeu com as relações fordistas e as respectivas organizações dos trabalhadores – evidencia um quadro defensivo dos trabalhadores. Em linhas gerais, as lutas coletivas atuais se travam na resistência de direitos outrora conquistados, não mais na conquista de novos (COUTINHO, 2007).

No contexto neoliberal, tem-se uma negação das reformas obtidas pelos trabalhadores nos tempos de *welfare state*, o objetivo das “reformas” em andamento caminham no sentido da destruição dos freios às leis do mercado, sinalizando uma concreta “restauração” das condições de acúmulo de capital (*idem*). Por estes fatos, estamos diante de uma “restauração plena da economia política do Capital” (*ibid*, p. 6).

Para Coutinho, dados os traços essenciais dessa época regressiva, o conceito contra-reforma demonstra-se como o mais apropriado para pensar o processo neoliberal.

Ainda que certas conquistas dos trabalhadores permaneçam erigidas e as políticas sociais segmentadas e focalizadas cresçam em sua aplicação em sintonia com as recomendações dos organismos internacionais, o contexto de contra-reforma torna-se evidente. Afinal, na leitura gramsciana, basta que os aspectos conservadores sejam predominantes em face das tímidas transformações para que se caracterize uma verdadeira época de contra-reforma.

2.2 ROBERT COX: GRAMSCI E A ORDEM MUNDIAL

Embora a área de concentração dos estudos de Gramsci tenham sido o Estado e a sociedade na dinâmica capitalista e a supressão do poder burguês, baseado em modelos societários das décadas de 20 e 30, Cox (2007) compreende que os conceitos de Gramsci permanecem válidos para se pensar os problemas atuais da organização mundial.

A partir de análises da hegemonia mundial, Cox constata que “historicamente, para se tornar hegemônico, um Estado teria de fundar e proteger uma ordem mundial que fosse universal em termos de concepção” (*ibid*, p. 117). Em outros termos, para as bases hegemônicas se fixarem era preciso um mínimo de interesse da maioria dos Estados. Por este fato, a hegemonia da ordem mundial não se reduz à conflitos entre Estados, mas numa “sociedade civil concebida globalmente [...], num modo de produção de extensão global que gera vínculos entre as classes sociais dos países nela incluídos” (*ibid*, p. 118).

As hegemônias construídas ao longo dos tempos foram marcadas pela direção de Estados que passaram pela Revolução burguesa clássica (do tipo jacobino), e as implicações de tais modificações não se limitavam ao território nacional, mas se expandiam para o plano externo. Com isso, a hegemonia mundial “é, em seus primórdios, uma expansão para o exterior da hegemonia interna (nacional) estabelecida por uma classe social dominante” (*idem*).

Posto isso, a exportação dos modelos de cultura, tecnologia e economia destas nações hegemônicas atingia principalmente os países periféricos como imposição “pelo alto”, no vocabulário gramsciano, via revolução passiva.

Os países periféricos ao não realizarem uma Revolução Social plena, importaram elementos hegemônicos passivamente e mantiveram as relações antigas de poder. Esta assimilação de aspectos econômicos e sociais hegemônicos não se verificou tão ampla no plano político. Cox afirma que as experiências fascista na Itália e militar-burocrática nas periferias atuais demonstram rebatimentos políticos distintos dos modelos hegemônicos. Afinal, “no modelo hegemônico mundial, a hegemonia é mais intensa e coerente no centro e tem muito mais contradições na periferia” (*idem*).

Aliada à estratégia de domínio mundial, Cox analisa a relação das instituições internacionais com os intelectuais da elite dos países periféricos, sinalizando que os órgãos multilaterais operam práticas de cooptação das lideranças periféricas, que são convocadas para trabalhar em medidas de “modernização” das periferias e ajustes

passivos (COX, 2007). Tal prática constitui-se como uma aberta ação transformista das elites.

Os efeitos do transformismo não se reduzem à simples cooptação de “figuras da proa das periferias” (*ibid*, p. 121), mas se estendem à absorção de idéias contra-hegemônicas que quando incorporadas pelos órgãos internacionais são desvirtuadas e revistas de modo a contribuir para a perpetuação da ideologia dominante.

Cox analisa, diante disso, que o poder constituído pelas instituições internacionais vincula-se às bases nacionais hegemônicas de países centrais, que a espriam por outras nações englobadas pela onda de dominação econômica.

No caso das periferias, a ligação que estabelecem com os órgãos é estritamente no sentido da revolução passiva.

2.3 HARVEY E A “CONSTRUÇÃO DO CONSENTIMENTO”

Amparado no pensamento político gramsciano, Harvey sustenta que a “revolução neoliberal” exigiu a fabricação de um consentimento político antecipado nos estratos populacionais, o “senso comum” seria a principal ferramenta elaborada por uma socialização cultural de efeito determinante nas tradições nacionais, isto é, o “senso comum” passa a funcionar como mecanismo para mistificar os problemas reais sob uma roupagem caracterizada pelos valores e temores tradicionais. Os rebatimentos dessa aplicação demonstram que, “as questões políticas, quando disfarçadas como culturais, se tornam insolúveis” (GRAMSCI *apud* HARVEY, 2008, p. 49).

Nas diversas ações de conquista do consentimento popular na época neoliberal, Harvey postula que as corporações, meios de comunicação e outros organismos da sociedade civil tiveram papel preponderante na propagação dos ideais neoliberais para criação de um ambiente favorável para a “aceitação” popular.

De fato, a programática declarada de “restauração do poder econômico a uma pequena elite” (*ibid*, p. 49) por si só não obteria apoio das massas, fazia-se necessária uma ampla retórica de “liberdades individuais” a despeito da efetiva razão de ser do projeto. Uma vez realizada a instauração dos ajustes neoliberais, o Estado “pôde usar seus poderes de persuasão, cooptação, chantagem e ameaça para manter o clima de consentimento necessário à perpetuação de seu poder” (*ibid*, p. 50).

Como acentua Harvey (2008), o neoliberalismo em alguns casos se consolidou amplamente no uso da coerção, seja militar em casos de golpe de Estado ou em financeira como em operações do FMI e Banco Mundial. Por vezes, os efeitos do viés

coercitivo produziram “aceitações fatalistas” (HARVEY, 2008) sobre o projeto, como na defesa de Thatcher no governo britânico de que não havia alternativa aos princípios neoliberais.

Ao discorrer sobre o “equilíbrio sempre instável entre coerção e consenso” (HARVEY, 2005) da hegemonia mundial, Harvey aponta a experiência estadunidense como exemplo categórico de combinação “coerção e consentimento”. Por um lado, um histórico de patrocínios à golpes militares, terrorismos de Estado, intervenções paramilitares diretas sobre países periféricos e embargos econômicos implementados sob a égide do tesouro norte-americano; por outro, massificação da cultura norte-americana, captura interna do partido de base popular (no caso norte-americano, o Partido Republicano) para garantia da dominação das corporações de negócios (HARVEY, 2008), mobilização em torno das doutrinas econômicas alinhadas à ortodoxia neoliberal (cultivadas fundamentalmente nos espaços midiáticos e universitários), dentre outros (HARVEY, 2005 e 2008).

Harvey (2005) argumenta que o protagonismo das instituições financeiras dos Estados Unidos sob o apoio do FMI e seu poder de desvalorização de ativos nacionais e falência de economias inteiras evidencia o efeito destrutivo do “poder econômico de dominar” (*ibid*, p. 40).

Decerto, as táticas de consentimento e cooperação são igualmente preponderantes às coercitivas. Como exemplo, Harvey demonstra como a Guerra Fria contribuiu para a afirmação mundial estadunidense. Em meio à guerra bipolar Capitalismo/Socialismo, os grandes proprietários privados do mundo se renderam à defesa dos direitos à propriedade privada, apoiando declaradamente a posição estadunidense em oposição ao temor comunista.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com efeito, a hegemonia neoliberal consolida-se pelos esforços das lideranças político-culturais do bloco dominante. A direção consensual das nações de capitalismo periférico e central se remetem a uma relação orgânica da dominação burguesa com os processos político-econômicos em curso no capitalismo.

A legitimidade de projetos políticos de subalternidade de nações periféricas e imposição econômica e ideológica funda-se nas diversas táticas de construção da dominação em torno de ações dominantes, quer sejam pela coerção quanto pela hegemonia (HARVEY, 2005 e 2008).

De fato, o contexto neoliberal evidencia o projeto da classe dominante de exclusão dos direitos sociais e conquistas legais dos trabalhadores.

No contraponto da ofensiva neoliberal, as alternativas à restauração da economia política do capital parecem residir na ampliação do poder da classe trabalhadora por meio das alianças dos estratos que combatem o capital. É preciso aplicar a guerra de posição, lutar pela hegemonia gradual, fundar a própria guerra de posição e romper com a dominação burguesa. Sem, com isso, subestimar a ocupação progressiva do terreno das “trincheiras” do Estado, quer dizer, a estratégia socialista da guerra de posição não é a forma exclusiva para o alcance da “sociedade regulada”, a ruptura revolucionária se processará pela combinação da guerra de posição à guerra de movimento. Em resumo, a oposição frontal ao Estado (em sentido estrito) – como guerra de movimento – e a conquista de posições e espaços – como guerra de posição – permitem a elaboração de uma nova ordem social, onde os elementos de direção e dominação se erigirão sobre a luta dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BRAZ, M.; NETTO, J. P. *Economia política: uma introdução crítica*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CHESNAIS, F. *A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro*, Praga – Revista de Estudos Marxistas, nº 3, São Paulo: Hucitec, pp. 19-46, 1997a.

_____. *Mundialização do capital, regime de acumulação predominantemente financeira e programa de ruptura com o neoliberalismo*. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, Rio de Janeiro, Vol. 1, nº1, p. 7-34, 1997b.

COUTINHO, C. N. *A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma?* São Paulo, out. 2007, Gramsci e o Brasil, p. 1-9. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=790>>. Acesso em 28 de agosto de 2010.

COX, Robert W. *Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método*. In: Gramsci: materialismo histórico e relações internacionais. GILL, Stephen (org.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. *O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, v. 5.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. *O neoliberalismo: história e implicações*. 1. ed. São Paulo: Loyola, 2008.